

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 129

CORTE DE ÁRVORES ISOLADAS

Sumário

1	Objetivo	1
2	Instrumento Legal do Processo de Autorização para Corte de Árvores Isoladas.....	1
3	Instruções Gerais	1
4	Instruções Específicas	2
5	Documentação Necessária para processo de autorização para Corte de Árvores Isoladas	5
6	Disposições finais	

1 Objetivo

Definir a documentação necessária para o **corte de árvores isoladas** em área urbana ou área rural com usos agrossilvipastoris.

2 Instrumento Legal do Processo de Autorização para Corte de Árvores Isoladas

- Autorização de Corte de Vegetação (AuC): autoriza o corte de árvores isoladas em área urbana ou área rural com usos agrossilvipastoris.

3 Instruções Gerais

- 3.1 Os arquivos de texto devem ser redigidos em português, e entregues em formato *.pdf*.
- 3.2 O projeto, depois de aprovado, não pode ser alterado sem que as modificações propostas sejam apresentadas e devidamente aprovadas pelo INIS.
- 3.3 O IMA poderá solicitar, a qualquer momento, os arquivos vetoriais georreferenciados que representem as áreas do imóvel e de corte de vegetação.
- 3.4 Plantas e mapas devem seguir as Normas Brasileiras (ABNT) e o Sistema Internacional de Unidades, incluindo metadados de acordo com o perfil de Metadados Geoespaciais do Brasil (Perfil MGB), e entregues no formato *.pdf*, *shapefile* e *.kml* em escala nominal de pelo menos 1:5.000.
- 3.5 Enviar as poligonais do empreendimento e coordenadas de localização das árvores. Os arquivos vetoriais e matriciais (*raster*) devem atender às seguintes especificações técnicas:
 - 3.5.1 sistema de projeção UTM Zona 22J;
 - 3.5.2 DATUM SIRGAS 2000;
 - 3.5.3 *shapefile* em 2D, contendo apenas coordenadas X e Y.
- 3.6 Os dados relacionados referem-se apenas à área do imóvel e as coordenadas das árvores a serem aproveitadas. Somente os arquivos principais que compõem o *shapefile* (extensões: *.dbf*, *.prj*, *.shp*, *.shx*) deverão ser selecionados para a criação do arquivo compactado no formato ZIP. A pasta/diretório que contém os arquivos não deve ser compactada.
- 3.7 Imagens disponibilizadas gratuitamente pelo Google Earth podem ser apresentadas apenas para fins ilustrativos e não substituem os mapas e plantas elaborados por profissionais habilitados ou produzidos por órgãos oficiais.
- 3.8 Quando houver necessidade de captura, coleta e transporte de fauna silvestre em áreas de influência de empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de impactos à fauna, deve ser formalizado junto ao IMA o pedido de autorização ambiental, conforme Instrução Normativa nº 62.

3.9 O empreendedor e os profissionais que subscrevem os estudos e projetos necessários ao processo de licenciamento são responsáveis pelas informações apresentadas, sujeitando-se às sanções administrativas, civis e penais.

3.10 Documentos gerados e assinados eletronicamente são aceitos como originais.

4 Instruções Específicas

4.1 Para efeitos desta Instrução Normativa são adotadas as seguintes definições:

- **Exemplares arbóreos nativos isolados:** aqueles situados fora de fisionomias vegetais nativas, cujas copas ou partes aéreas não estejam em contato entre si, destacando-se da paisagem como indivíduos isolados. Não é possível identificar a presença de estratos, não há acúmulo significativo de serrapilheira, nem diversidade de epífitas ou presença de lianas lenhosas, o que não permite o enquadramento técnico como fragmento florestal nativo, independentemente de número e espécies em sua composição.
- **Floresta:** qualquer vegetação que apresente predominância de indivíduos lenhosos cujas copas se toquem formando um dossel, e apresentação, no geral, de quatro estratos bem definidos: herbáceo, arbustivo, arvoretas e arbóreo.

4.2 Deverá ser apresentada justificativa para a supressão de vegetação, com protocolo do processo de licenciamento ambiental vinculado, quando se tratar de atividade passível de licenciamento ambiental, conforme Resolução CONSEMA nº 251/2024. Caso se trate de uso da área para edificação não passível de licenciamento ambiental, deverá ser apresentado o projeto arquitetônico e ou alvará de construção, aprovado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação.

4.3 Para fins do pedido de corte de árvores nativas isoladas deverá ser apresentado levantamento técnico detalhado de todos os indivíduos arbóreos isolados existentes na área de corte, contendo as seguintes informações:

- a) Identificação das espécies contemplando o nome científico e popular, altura, diâmetro na altura do peito, quantidade e volume;
- b) Marcação das árvores em campo, através de números indicativos, que deverão permanecer marcados até o momento da vistoria;
- c) Apresentação de tabela resumida com nome científico, nome popular, número de indivíduos, volume e coordenadas geográficas de cada árvore, determinadas por aparelho GPS, na projeção UTM DATUM SIRGAS 2000;
- d) Fotos das árvores solicitadas para o corte, e aerofotos ou imagens de satélite com indicação das árvores propostas para supressão;
- e) Planta ou croqui com a localização dos exemplares arbóreos.

4.4 A compensação pelo corte das árvores isoladas deverá atender aos critérios estabelecidos na Lei Complementar Municipal Nº 459/2024 e na Instrução Normativa INIS Nº 127, sendo definida pelo INIS em Termo de Compromisso a ser firmado, o qual deverá ser cumprido pelo requerente antes da emissão da Autorização de Corte.

4.5 Excepcionalmente poderá ser autorizada a supressão de exemplares arbóreos nativos isolados ameaçados de extinção, verificadas as seguintes hipóteses:

- a) Risco à vida ou ao patrimônio comprovados por meio de laudo técnico de órgão oficial ou profissional responsável com respectiva ART;
- b) Ocorrência de exemplares localizados em áreas rurais e urbanas consolidadas e com atividades/empreendimentos devidamente licenciados, com comprovada inexistência de alternativas;
- c) Realização de pesquisas científicas; e
- d) Utilidade Pública.

- 4.6 Quando a inexistência de alternativa técnica e locacional forem comprovadas e o risco de extinção *in situ* da espécie for descartado pelo responsável técnico do projeto, poderá ser autorizado o corte excepcional de exemplares isolados de espécies ameaçadas de extinção, desde que se tomem as medidas compensatórias específicas mencionadas na Instrução Normativa INIS N° 127.
- 4.7 Sempre que julgar necessário, o INIS solicitará estudos ambientais aplicáveis ao processo de corte de árvores isoladas, ou informações complementares, tais como: estudo hidrogeológico, imagens de satélite, fotos aéreas e ortofotocarta da área do empreendimento.
- 4.8 Nas faixas marginais dos corpos d'água naturais existentes na área mapeada para o corte de árvores isoladas em área urbana ou área rural com usos agrossilvipastoris, deve ser respeitado o afastamento mínimo previsto na legislação vigente.
- 4.9 O interessado deverá afixar placa alusiva à autorização de corte de vegetação em local de fácil visualização, durante a execução dos serviços, informando o número da Autorização de Corte e sua data de validade.
- 4.10 O transporte da madeira e do material lenhoso nativo com fins comerciais ou industriais deverá ser acompanhado do Documento de Origem Florestal – DOF, que deverá ser providenciado pelo requerente após a emissão da AUC.
- 4.11 Em imóveis rurais, a Autorização de corte só poderá ser emitida se o imóvel estiver inserido no Cadastro Ambiental Rural-CAR (Lei Federal n° 12.651/2012, art. 12°)
- 4.12 O corte de árvores isoladas em imóveis particulares deverá ser requerido pelo proprietário ou seu procurador, via sistema Aprova Digital. Caso a Autorização seja deferida, o serviço deverá ser executado pelo requerente ou terceiro contratado pelo mesmo, assim como a respectiva compensação ambiental que será condicionada pelo INIS.
- 4.13 O corte de árvores isoladas em áreas públicas, quando não justificado por risco, deverá ser requerido via sistema Aprova Digital, e, caso a Autorização seja emitida, o serviço deverá ser executado pelo requerente ou terceiro contratado pelo mesmo, assim como a respectiva compensação ambiental que será condicionada pelo INIS.
- 4.14 O corte de árvores isoladas localizadas em espaços públicos, quando justificado por risco à integridade física, à vida ou ao patrimônio, deverá ser requerido pelo munícipe junto à Secretaria Municipal de Obras, que procederá a abertura do processo e encaminhamento ao INIS solicitando a Autorização. Nesses casos, o munícipe deverá anexar ao requerimento o auto de constatação emitido pela Defesa Civil atestando o risco. Caso autorizado, o corte poderá ser executado pela Secretaria de Obras ou outro órgão público competente (como Corpo de Bombeiros ou Defesa Civil).

5 Documentação necessária para processo de autorização para corte de árvores isoladas

- a) Requerimento de Autorização de Corte contendo:
- Dados pessoais do requerente (nome completo/razão social, CPF/CNPJ, endereço residencial/correspondência e telefone);
 - Endereço do empreendimento;
 - Identificação do responsável técnico (nome completo, CPF, endereço para correspondência e telefone);
 - Justificativa para o corte das árvores;
 - Localização do empreendimento segundo as coordenadas planas (UTM), no sistema de projeção (DATUM) SIRGAS 2000;
 - Número de árvores.
- b) Procuração para representação do interessado, com firma reconhecida, quando o processo não for protocolado pelo proprietário do imóvel.
- c) Ata da eleição da última diretoria quando se tratar de Sociedade ou do Contrato Social registrado quando se tratar de Sociedade de Quotas de Responsabilidade Limitada.
- d) Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), ou do Cadastro de Pessoa Física (CPF).

- e) Transcrição ou Matrícula do Cartório de Registro de Imóveis atualizada (no máximo 30 dias) ou comprovante de posse.
- f) Comprovante de Inscrição do imóvel no Cadastro Ambiental Rural – CAR, com Reserva Legal registrada, quando couber.
- g) Comprovante de Inscrição no Cadastro Técnico Federal - CTF/AIDA do empreendedor, da empresa consultora ou responsável técnico, quando couber.
- h) Levantamento técnico das árvores, conforme item 4.3.
- i) Shapefile da área do empreendimento.
- j) Shapefile da localização das árvores.
- k) Shapefile do polígono da Reserva Legal, quando couber.
- l) Declaração de utilidade pública ou interesse social do empreendimento, emitida pelo Poder Público competente, quando couber.
- m) Auto de Constatação emitido pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, quando se tratar de situação de risco.
- n) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do(s) profissional(ais) habilitado(s) para a elaboração do levantamento técnico.
- o) Cronograma de execução do corte.
- p) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional habilitado para a elaboração do levantamento técnico e acompanhamento dos trabalhos.